

Neoliberalismo, globalização e americanismo: as estratégias dos organismos financeiros multilaterais

Neoliberalism, globalization and americanism: the strategies of multilateral financing organisms

R esumo

Este artigo procura descrever parte de uma discussão sobre as estratégias de expansão e de legitimação dos interesses dos Estados Unidos (EUA), com a organização do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) como instituições financeiras multilaterais, do após Segunda Grande Guerra mundial. Foram criadas inicialmente para dar suporte estruturante às práticas do comércio internacional e possuíam como base as teses de que cada país poderia comerciar com os demais nas mesmas condições. A intenção desta discussão é verificar a hipótese de que estas instituições multilaterais são na verdade, instrumentalizadas como organismos financeiros para atuarem politicamente, como “frentes móveis de ação”, nas estratégias de disseminação da cultura do americanismo. Esta é uma das hipóteses na qual o dólar americano tornou-se um dinheiro mundial, possibilitando a expansão e mundialização dos interesses corporativos dos capitais e do Estado Norte-Americano.

Palavras-chave: estratégia, Banco Mundial, FMI, Instituições Multilaterais, americanismo.

A bstract

This paper attempts to describe part of a discussion on the strategies of expansion and legitimization of the interests of the USA, with the advent of the World Bank and of the International Monetary Fund (IMF) as multilateral financing institutions from the post Second World War period. Such institutions were initially created to provide structuring support to the practices of international commerce and were based on the premises that each country would be able to commercialize with the others in symmetrical conditions. The present discussion intends to test the hypothesis that such multilateral institutions are, in fact, instrumentalized as financing organisms to act politically, as “mobile action fronts”, in the strategies of dissemination of the Americanism culture. This is one of the hypotheses put forward to explain the reason why the American dollar has become the world currency, thus enabling the expansion and mundialization of corporate interests of capitals and of the North American State.

Key words: strategy, the World Bank, IMF, Multilateral Institutions, Americanism.

Valdir Alvim

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC.

Bolsista do CNPQ.

Este texto foi modificado do originalmente escrito na disciplina “Estado, Regimes Políticos e Políticas Públicas”. Serviu como orientador temático para o projeto de tese intitulado “Estratégias dos bancos multilaterais de desenvolvimento: reforma do setor público e privatização do sistema financeiro nos anos 90”, sob a orientação da Prof. Dr. Ary César Minella.

As estratégias dos organismos financeiros multilaterais

Pretende-se observar neste contexto temático da *mundialização* e da *crise contemporânea* o papel dos organismos multilaterais como instrumentos financeiros que permitiram algumas condições para a dominação política americana, articulados nas estratégias da “globalização”. A perspectiva apontada nesta idéia da dominação política é a de que o conceito de “globalização” está intimamente ligado, ainda, ao ideal da cultura do “americanismo” do início do século XX. Procurar-se-á delimitar de que maneira estes organismos são utilizados como instrumentos financeiros estratégicos na determinação e condicionamento das políticas de privatização. Políticas estas definidas no âmbito das modificações estruturais nos Estados do *Welfare State* europeu, dentro da “nova ordem global”, e nos Estados desenvolvimentistas da América Latina no que se convencionou chamar de “Consenso de Washington” de 1989.

Estes elementos procuram interagir com uma rápida revisão da idéia do americanismo como princípio estratégico da expansão da cultura econômica, política e financeira norte-americana a partir dos inícios do século XX que levou a superação da hegemonia inglesa. E, também, apresentar alguns elementos do conceito de cultura, como crítica ao novo “poder revolucionário do neoliberalismo” e suas estratégias microtecnológicas no final do século XX.

As instituições multilaterais são organizações internacionais de âmbito mundial, continental ou regional. Formadas por Estados nacionais, objetivam institucionalizar a integração e a cooperação econômica, social, cultural, científica e de segurança mútua entre as nações. Surgiram pelos interesses corporativos e estatais de expansão comercial e por ocasião dos danos uni-

versais causados pelas grandes guerras mundiais. Destas, surgiram grandes instituições mundiais: a Liga das Nações (1920) que foi substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. Para complemento e operacionalização dos trabalhos desta última instituição foram criadas também diversas “agências especializadas” para tratar dos problemas econômicos, sociais e culturais e as Comissões Econômicas Regionais (Europa, América Latina, África, Pacífico e Ásia).

O Acordo de *Bretton Woods*, assinado em 1944, tratou da formatação dos mais importantes organismos econômico-financeiros ligados às Nações Unidas no final da Segunda Guerra: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial. Juntos e organicamente vinculados significaram, historicamente, o reordenamento do sistema monetário internacional, estabelecendo de fato as bases para a hegemonia americana sobre a inglesa combatida pela guerra. Estes organismos atuaram muito mais do que simples reguladores do sistema de relações internacionais.

Segundo Lichtensztein e Baer (1987, p. 34) estes organismos se projetaram como instituições de cooperação mundial mas “foram inicialmente forjados como instrumentos dessa dominação norte-americana”. Entretanto, resumem eles, é dominação baseada “no poder econômico, financeiro e político dos Estados Unidos, estendendo internacionalmente a hegemonia de sua moeda e de suas políticas.” As diferenças dos americanos para os ingleses “é que sua hegemonia conseguiu legitimar-se em instituições e mecanismos multilaterais.” Eles destacam o quanto o BIRD e o FMI desempenharam um papel estratégico na dominação norte-americana. Assim se constituindo, foram forjados como instrumentos políticos para exercer a sua hegemonia na arte da manipulação dos mecanismos institucionais interestatais.

A idéia de hegemonia segundo Anderson (1986), adquiriu uma poderosa ênfase cultural em Gramsci (1989), que o levou a produção de uma nova concepção sobre o papel dos intelectuais. Nesta perspectiva teórica, a hegemonia pode ser exercida e desenvolvida por diretores, executivos e técnicos identificados como “intelectuais orgânicos”, pois no campo das idéias procuraram reconstruir o arcabouço teórico liberal, operacionalizando-o em planos, programas e projetos de desenvolvimento. Como intelectuais exercem a função clássica de

[...] *mediar a hegemonia das classes exploradoras sobre as classes exploradas através de sistemas ideológicos, dos quais eles são os agentes organizadores* (ANDERSON, 1986, p. 23).

A estruturação destes organismos multilaterais permite que seus intelectuais possam formular

[...] *diretrizes e estratégias apoiadas por equipes de diretores que operacionalizam uma série de Relatórios descrevendo suas estratégias e planos para cada país* (ALVIM, 2001, p. 126).

Passam a atuar organizadamente como verdadeiras “elites orgânicas”, segundo a concepção de Dreifuss (1987, p. 24), ou seja, como

[...] *agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe.*

Assim, possuem a capacidade de formular e sustentar novas bases ideológicas representativas das forças políticas constituídas no poder dos Estados

que representam e para os interesses de expansão do Capital em geral.

Surpreendentemente, observa-se que muitas das “novidades” em políticas e projetos de governos eleitos são o resultado de um trabalho de cooperação internacional em que o Grupo Banco Mundial e o FMI têm um papel relevante. Entretanto, para garantir o estímulo, a valorização e a acumulação servem significativamente como provedores de garantias do fluxo de capitais privados internacionais (VIANNA JR., 1998, p. 82).

Este papel de provedor pode ser observado pelas manifestações do seu poder. Suas estratégias e táticas políticas estão incorporadas nos Relatórios e nos Documentos apresentados aos governos dos Estados nacionais assistidos financeiramente por estes organismos. Para um melhor entendimento deste papel, exploram-se aqui os conceitos de estratégia e tática políticas na concepção de Dreifuss (1987), onde se manifestam pela capacidade de

[...] visualizar objetivos globais e de operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos cujo objetivo é alcançar suas metas em relação à resistência de forças sociais e políticas adversas.

Neste sentido, o poder político exercido significa:

[...] a capacidade de exercer essa ação política de forma ininterrupta ou com descontinuidades menores, num movimento de pinças, envolvente, político-ideológico, sempre reproduzindo e ampliando as bases de atuação para conquistar, salvaguardar e consolidar posições.

A manifestação deste poder se dá pela sua:

[...] capacidade de planejar e conduzir a ação política – operações necessárias e possíveis; ações destinadas a alcançar o seu objetivo estratégico no interior de uma correlação de forças dadas; numa relação de conflito aberto ou institucionalizado (DREIFUSS, 1987, p. 29-30).

Esses intelectuais representam, assim, as afinidades políticas, ideológicas e de poder quanto aos interesses subjacentes dos centros financeiros, grupos econômicos corporativos e interesses nacionais internos, ao atuarem estrategicamente nas definições das políticas econômico-financeiras dos países assistidos. Desta forma, as instituições multilaterais configuram-se como verdadeiras “guardiãs dos interesses dos centros financeiros mundiais” (MINEIRO, 1998, p. 17).

Lichtensztejn e Baer (1987, p. 8) observam que desde a gestação destes organismos multilaterais seus papéis não se alteraram em quase nada. Como uma rígida ortodoxia, não houve maiores mudanças nas orientações oficiais. Desta forma, responderam “sempre e fielmente aos interesses dominantes dos bancos e do governo dos Estados Unidos”.

Nesta perspectiva, os objetivos de cooperação monetária internacional; expansão e crescimento equilibrado do comércio internacional; manutenção de altos níveis de rendimentos reais e de ocupação; estabilidade cambial e desenvolvimento dos recursos produtivos dos países vinculados ao acordo de Bretton Woods, se “desmancharam no ar”. Na década de 70 com o Plano de James Baker III, por exemplo, a “instabilidade controlada” substituiu a “estabilidade cambial”, e o Secretário do Tesouro norte-americano ainda “reforça a estratégia que os países desenvolvidos e os bancos transna-

cionais defendem quanto à dívida externa do Terceiro Mundo”. Assim,

[...] nesse último espaço de tempo foi que, como nunca, o FMI e o Banco Mundial adquiriram uma presença gravitante e ampliada na elaboração das estratégias e políticas econômicas dos países subdesenvolvidos, levando-se em consideração os severos desequilíbrios financeiros de que estes, na sua maioria, padeceram em virtude do pagamento dos serviços de suas elevadas dívidas externas (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 9).

Por outro lado, de acordo com Silver e Slater (2001, p. 218) quanto ao “poder de veto” exercido pelas grandes potências na definição dos assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, o “direito de voto” foi estruturado de forma a “favorecer as grandes potências ocidentais (a rede de veteranos do sistema original)”, bem como estabelecer controles com os “novos guardiões institucionais da economia mundial (o FMI e o BIRD)”. Desta forma, o direito de voto e de veto “pendeu para os maiores contribuintes – ou seja, os países mais ricos do mundo”.

Para Ferreira (2001, p. 30), no caso dos organismos financeiros multilaterais

[...] a preponderância do poder econômico dos EUA, a despeito dos interesses dos países menos desenvolvidos, se traduz em decisões favoráveis àquele país.

Assim, as decisões na ONU e na Organização Mundial do Comércio (OMC) representam a vontade de um voto para cada país, enquanto que nas suas agências especializadas o voto é ponderado segundo o aporte de recursos que cada país faz ou segundo suas cotas.

No caso do FMI destaca-se o quanto os Estados Unidos detiveram um papel predominante desde a sua concepção e implantação.

Para Lichtensztein e Baer (1987) mesmo reconhecendo que a hegemonia americana teve de ser compartilhada e conciliada com outros países capitalistas, mesmo assim, este papel predominante “em muitos aspectos permanece como um eixo em relação ao qual mantêm-se orbitando as relações de dominação no FMI”. Isto pode ser observado, segundo eles, “em todos os estudos históricos sobre esse organismo.” O sistema de quotas define o poder do voto, uma vez que a quota:

[...] além de ser a principal fonte de recursos e base de cálculo para os serviços financeiros e obtenção de DES [Direitos Especiais de Saque], é a unidade fundamental que mede o poder de voto de um país dado, no FMI. A quota simboliza, portanto, o peso de cada país no âmbito do Fundo, tanto ao nível da sua participação nas decisões, como na origem e emprego dos seus recursos financeiros (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 62).

Em suma, pode-se perceber que estas instituições multilaterais como organismos financeiros da economia mundial, possuem o papel estratégico de atuar como “frentes móveis de ação” (DREIFUSS, 1987, p. 24) e predispor os interesses americanos como dominantes. Esta predisposição

é o que se está querendo chamar aqui de “globalização” ou americanismo.

“Globalização” e americanismo

O americanismo pode ser observado como a expressão do aumento do poderio dos Estados Unidos numa nova ordem global. Arrighi e Silver (2001) colocam que este poderio foi “adquirido” pelo “triunfo” que se seguiu à derrocada da URSS e que é “aparentemente global”. Entretanto, são largamente percebidos, eles próprios, como sinais da “globalização”. Para eles, o reconhecimento destes sinais podem ser observados pela manifestação crescente da “hegemonia global da cultura popular norte-americana e a importância crescente de órgãos de governo mundiais”. Estes sendo articulados e “desproporcionalmente influenciados pelos Estados Unidos e por seus aliados mais próximos” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 17).

Santos (2001, p. 23), observa mais detidamente que a “globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” que “impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa”. Ele considera, ainda, a forte influência do “dinheiro e da informação” como uma “dupla tirania” que estão intimamente relacionadas. Assim, “ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época”. Isto influencia o caráter das pessoas, pois para ele “ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais” (SANTOS, 2001, p. 37).

Privatização: reformas estruturais da “nova ordem global”

A globalização, nesta perspectiva do dinheiro e da informação num sistema ideológico, é apenas a ponta do *iceberg*

do movimento de mundialização do capital financeiro. O avanço deste movimento sobre os países dependentes desta nova “ordem global” empurram para a realidade mais concreta as teses do “Estado mínimo” da era Banco Mundial e FMI. Condiciona e determina a atuação e o papel do Estado no conjunto da Sociedade (ALVIM, 2001, p. 129).

Se observarmos rapidamente os elementos do cenário do capitalismo brasileiro a partir dos anos 90, veremos que o governo de Fernando Collor de Melo adquiriu uma nova feição com a abertura comercial generalizada. No período seguinte quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) era Ministro da Fazenda do governo de transição de Itamar Franco, seguiu-se uma “nova orientação” de “reformas estruturais fundamentais” no âmbito do Estado e da Economia brasileira: a privatização. Para se adequar a “nova ordem mundial” impôs-se mudanças de caráter na gestão macroeconômica com a implantação do Plano Real, em julho de 1994.

A política econômica adotada por FHC, de acordo com Ferreira (2001), foi concebida com os princípios do *mainstream economics*, e conduzida pelas regras estabelecidas no “Consenso de Washington”. Estas políticas seguiram o receituário padronizado do FMI, tanto no que diz respeito ao “diagnóstico da economia, quanto às alternativas de mudanças.” Assim,

[...] em que pese a existência de um debate em torno das conseqüências nefastas da adoção de políticas neoliberais, os representantes do mainstream economics são persistentes na imposição de seus programas, e no caso de algo dar errado ainda responsabilizam os governos dos países que os adotam (FERREIRA, 2001, p. 39).

Por outro lado as privatizações estão sendo propostas como condição básica

para resolver os problemas de financiamento do déficit público. Eles exigem mudanças na orientação da política econômico-financeira. O Informe Anual do FMI de 1999 (FERREIRA, 2001, p. 41) destacava que:

[...] deveriam ser realizadas reformas estruturais para aumentar a disciplina orçamentária e fazer do orçamento um instrumento mais eficaz para aplicar os recursos públicos. O governo brasileiro também deveria levar a cabo uma reforma do sistema de tributação indireta e privatizaria as empresas do setor de energia elétrica, alguns bancos estatais restantes e algumas empresas públicas de abastecimento de água potável, gás e saneamento

Para levar a cabo estas orientações políticas, universaliza-se o receituário e propõe-se o aprofundamento das reformas estruturais cujos objetivos estratégicos seriam os de (re)conquistar os espaços econômicos ocupados pelas instituições e empresas públicas estatais herdadas do período desenvolvimentista. Estas mudanças estão devidamente condicionadas financeiramente e determinadas politicamente segundo essas orientações, relacionando-as à capacidade de alavancagem do desenvolvimento do país a partir do controle da iniciativa privada. O que acontece, nestes casos, é a proposta de afastamento do Estado de atividades que promovam o “alargamento” de mercados importantes, ampliando e valorizando a participação dos capitais privados no Produto Interno Bruto (PIB).

Neoliberalismo e o Estado do Bem-Estar social

A política econômico-financeira do Estado é a chave para se entender os movimentos de privatização dentro da

gestão macroeconômica dos governos. Ou seja, as políticas de financiamentos da dívida pública, dos títulos públicos e a política tributária explicitam, em última instância, o peso da taxação direta para a conformação da receita orçamentária. O Estado tornou-se fonte para a criação de novos acumuladores de capitais com a privatização das empresas estatais.

O que se observa nas privatizações de caráter neoliberal de hoje, são os movimentos políticos pela “desregulação”. Estes movimentos, em geral, são processos de reestruturação sistêmica que determinam e condicionam diversas mudanças políticas nos países assistidos. Obedecem, assim, a um ritual de transformação no arcabouço institucional do próprio Estado. Alterações processuais na desregulamentação de leis, normas e regras, impactam consideravelmente na cultura política e nos valores organizacionais, interferindo nas relações de poder.

Estas políticas de caráter neoliberal, de financeirização e desregulamentação, pretendem ser a ideologia dominante, como uma volta às origens da economia política clássica de Adam Smith do século XVIII. Esping-Andersen (1991, p. 85) coloca que o Estado assim é o que sustenta a classe dominante e o “mercado tem a potencialidade de destruir a sociedade de classes.” Neste período “o mercado era o meio superior para a abolição das classes, da desigualdade e do privilégio”. Para Smith, segundo ele, a intervenção do Estado só contribuía para asfixiar o “processo igualizador do comércio competitivo e criaria monopólios, protecionismo e ineficiência”.

O neoliberalismo utilizando-se destas concepções “clássicas” do livre mercado, procura reduzir, da mesma forma, o Estado ao mínimo, utilizando-se de ações drásticas, de caráter reestruturante. Para Petras (1999) “o neoliberalismo tornou-se a ideologia dominante no mundo inteiro” num “movimento contra-revolucionário” cujo significado representa, portanto:

[...] uma tentativa de abolir cinquenta anos de avanços sociais e restabelecer as condições socioeconômicas vigentes antes do advento de governos populistas, social-democratas e outros regimes de esquerda. As transformações resultantes da aplicação do neoliberalismo (privatização, ‘ajuste estrutural’, livre comércio, desregulamentação) produzem um impacto sobre todos os aspectos das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e pessoais. Neste sentido, o neoliberalismo representa uma profunda contra-revolução que modifica não apenas a macroeconomia, como também afeta as relações pessoais nos planos individual, familiar e comunitário (PETRAS, 1999, p. 11).

Para Esping-Andersen (1995) estes avanços sociais, que para Petras o neoliberalismo tenta abolir, têm significado a prosperidade do *Welfare State* como uma das principais “marcas douradas”. Para ele o *Welfare State* significou em termos gerais um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Isto foi muito mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido.

Economicamente, significou o abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; normalmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o Welfare State foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do

fascismo e do bolchevismo. Muitos países se auto-proclamam Welfare States, não tanto por designarem desse modo as suas políticas sociais, quanto por promoverem uma integração social nacional (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 73).

Os organismos financeiros multilaterais são os responsáveis pela elaboração dos diagnósticos que orientam suas estratégias sobre as realidades e as políticas sociais, e se encarregam de “orientar politicamente” os governos nacionais recomendando “fortes ajustes estruturais” para a liberalização de suas fronteiras comerciais.

Nestes casos, Offe e Ronge (1984, p. 134) observam uma contradição na lógica do mercado entre as estruturas organizacionais de poder e suas fronteiras. Elas são geradas no contexto destas estratégias reformistas, onde

[...] as tentativas do Estado de preservar e universalizar a forma mercadoria tornam necessárias organizações cujo modo de operação ultrapassa os limites da forma mercadoria.

O que estes autores observam são os setores do *Welfare State* que não se encontram sob o controle dos mecanismos de mercado e estão em franco crescimento quantitativo, tanto em relação a força de trabalho, quanto na participação no produto nacional. Para eles alguns exemplos que poderiam ser citados

[...] seriam a administração estatal e todas as agências por ela criadas e controladas, tais como escolas, sistemas de trânsito, postos de correio, hospitais e outros serviços públicos, burocracias do seguro social, institui-

ções militares, etc. (OFFE; RONGE, 1984, P.134).

É justamente o setor de bens públicos, que faz parte da produção global e não é dirigido pelo mercado, que se desenvolve e cresce através das estratégias adotadas pelo Estado do Bem-Estar social.

Estas ações, por outro lado, implicam um sentido de perpetuar e universalizar as relações de troca entre proprietários de mercadorias, sem negá-los definitivamente.

Com as tendências da americanização sobre a Europa unificada e de certa forma sobre o conjunto da sociedade mundial, a estratégia da dominação política estará forjando as bases estruturais do Estado para que setores produtores de bens e serviços públicos façam parte da produção global de mercadorias e serviços, resultante desses “ajustes estruturais privatizantes”. Neste sentido Rampinelli (2001, p. 22) nos dá a indicação do porquê o movimento tende a se reverter, devido à estatização do passado, pois para ele:

[...] o fracasso do estado liberal no século XIX e início do XX em promover um processo de industrialização que atendesse às necessidades da classe média e popular levou a substituí-lo pelo de Bem-Estar social ou populista que se tornou o responsável pela criação das empresas estatais.

Portanto, um novo ciclo implica novamente mudanças na própria concepção do Estado e condiciona sobremaneira determinados conjuntos da sociedade do Bem-Estar social. As transformações ocorridas nas formas da produção geral, passam a ser condicionadas pelo jogo das regras do mercado, da concentração e do monopólio. Exercem pressão para a ampliação das relações sob a “forma mercadoria”. Ou seja, da reprodução ampliada do capital no conjunto da sociedade; do valor de troca; da exploração da força de trabalho assalariada; da transformação do dinheiro em capital nas relações de trocas – do lucro e do juro; e particularmente da cultura do consumismo seletivo individualista e sem escrúpulos. Assim, observamos as tendências dessas mudanças estruturais com o processo de “americanização”, da “livre iniciativa” e do individualismo, que Gramsci já identificava em meados da década de trinta. Para que esta cultura se desenvolva e se reproduza, segundo ele:

[...] exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfanegário ou da efeti-va liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio (GRAMSCI, 1968, p. 388).

Na década de trinta já se percebia as tendências predominantes da cultura americana na Europa e se verificava as transformações necessárias das bases materiais, do Estado e da

cultura. Para Gramsci (1968, p. 411) no longo prazo esta tendência “levará a uma mudança da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização”.

Entretanto, naquele momento, o americanismo era apenas um “prolongamento orgânico” da intensificação da civilização européia e não uma nova forma de civilização pois, “nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais” apenas “adquiriu uma nova pele no clima americano”, segundo Gramsci (1968, p. 412). Naquela época americanismo na Europa “destoa como a maquiagem na face velha de uma mundana”, uma vez que:

[...] na América só se faz remastigar a velha cultura européia [...] se a América, com o peso implacável da sua produção econômica (isto é, indiretamente) obrigará ou está obrigando a Europa a mudar a sua ordem econômico-social muito antiquada, o que, de qualquer modo, teria se verificado, embora lentamente, mas que de imediato apresenta-se como fruto de um contragolpe da ‘prepotência’ americana (GRAMSCI, 1968, p. 411).

Esta ordem econômico-social antiquada a qual Gramsci se refere, faz-nos recordar que o capitalismo surgido na Europa é a base do desenvolvimento da sociedade moderna. Ianni (2000, p. 21) nos recorda as características desta modernidade que se espalha pelo mundo:

[...] ocorre o predomínio da dominação burguesa, articulada com a propriedade capitalista, compreendendo a produção e a reprodução do capital. Ainda que aí estejam presentes distintas e contraditórias formas de organização do trabalho e da produ-

ção, compreendendo inclusive formas de vida social, é a reprodução ampliada do capital que predomina. Esse o contexto em que se desenvolvem as forças produtivas, compreendendo capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado, planejamento e violência estatal. São essas forças, envolvendo as suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, que se desenvolvem originariamente no mundo europeu, em seguida espalhando-se pelo mundo.

Globalização americanista: consenso do militarismo

O americanismo, como prolongamento orgânico neste contexto da reprodução ampliada do capital, procura estabelecer-se contemporaneamente sob a égide da ideologia neoliberal. Esping-Andersen (1995, p. 73) nos alerta que

[...] nas economias abertas e globalmente integradas de hoje, contudo, muitas premissas que guiaram a construção desses Welfare States não são mais vigentes.

Para ele, deve-se levar em consideração o papel das instituições na representação dos interesses e

[...] não devemos, no entanto, exagerar o grau em que as forças globais determinam o destino dos Welfare States nacionais.

Muitas análises comparativas têm demonstrado em suas conclusões que as interferências na condução dos objetivos de Bem-Estar social, emprego e crescimento são feitas pelos “meca-

nismos políticos e institucionais de representação de interesses e de construção do consenso político”. Para este autor, os países possuem diferenciais importantes e conflitantes na capacidade de administrar estes interesses “em termos de força, organização e centralização dos sindicatos e dos empregadores” (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 77). Para este autor, entretanto, as reações contra Welfare State têm um caráter de classe e não dependem dos gastos, pois:

[...] aqueles de classe média, sejam eles social-democratas (como na Escandinávia) ou corporativistas (como na Alemanha), forjam lealdades por parte da classe média. Os Welfare States residuais, liberais, como os Estados Unidos, Canadá e, cada vez mais, a Grã-Bretanha, dependem da lealdade de uma camada social numericamente pequena e muitas vezes politicamente residual. Neste sentido, as coalizões de classe em que se baseiam os três tipos de regime do Welfare State não explicam apenas a sua evolução passada, mas também suas perspectivas futuras (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 116).

Entretanto, para este autor, estas resistências de classe estão sendo minadas e relacionam-se a um dos problemas cruciais dos Welfare States avançados e dizem respeito à perversão dos seus programas de transferência de renda ao longo das últimas décadas. O problema do emprego foi agravado nos países da Europa continental ao se adotar a estratégia de redução do trabalho quando da reestruturação industrial. Neste sentido

[...] programas de preservação da renda real transformaram-se em mecanismos de

intervenção no mercado de trabalho que acabaram por produzir incentivos para não trabalhar (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 116).

O que se observa para além da desestruturação do *Welfare State*, em seus mecanismos de integração sociais, de erradicação da diferenciação de classes e da construção de Estados nacionais, é que seu desenvolvimento futuro está condicionado como fenômeno da expansão do capital em geral, na reprodução ampliada do capitalismo e sua conseqüente mundialização.

Esta mundialização do capital é pensada em termos de sua operacionalização a partir dos organismos financeiros multilaterais que visam novos ajustes estruturais dos Estados nacionais propondo a “desregulação” e a “desregulamentação”, desconstituindo uma iniciativa pública mediada historicamente pelas classes em conflitos, nos interesses econômicos e sociais do capital e do trabalho no *Welfare State*.

Para Petras as “teorias da globalização” são irrelevantes se não contiverem referências à crescente e freqüente expansão militar norte-americana. Para ele o que está

[...] absolutamente claro é que o Estado – o Estado imperial – mediante seu aparato militar, é essencial para assegurar-se os mercados e os investimentos das corporações multinacionais baseadas nos E.U.A (PETRAS, 2001, p. 4).

Assim sendo, novos critérios de regulação contidos nos ajustes estruturais, e pressionados muitas vezes pelos aparatos militares, fazem parte dos objetivos acoplados nos projetos de “reestruturação produtiva” da chamada “globalização” que hegemonizados pela cultura do americanismo, criam desta forma, paradoxalmente, outros critérios regulamentares, desregulamentando, reforçando as idéias fetichistas

das “forças do livre jogo dos mercados competitivos”, mas que na realidade, promovem a concentração, a centralização e a monopolização do capital pelas grandes corporações produtivas e financeiras multinacionais. Para que se possa entender esta relação entre a “globalização” e o americanismo, pode-se observar os argumentos de Chesnais (1996). Para ele:

[...] o adjetivo ‘global’ surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres ‘business management schools’ de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M.E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estréia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira da língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em conseqüência, suas estratégias internacionais (CHESNAIS, 1996, p. 23).

Estes argumentos desnudam uma definição implícita das mais consis-

tes da dita “globalização”, pois nos permitem entender qual o sentido estratégico das condições operacionais necessárias para a “expansão das atividades” dos capitais americanos. Estas condições foram devidamente diagnosticadas e os “obstáculos à expansão” foram devidamente “levantados” de forma a liberalizar pela desregulação dos mercados e pela desregulamentação dos Estados. Desta forma pode-se “expandir”, leia-se explorar “em todo lugar onde se possa gerar lucros”, uma vez que já foram desenvolvidas as condições técnicas a partir das novas tecnologias com a “telemática e os satélites” que permitem instrumentalizar, bem como implementar realmente, essas idéias de expansão internacional.

Na prática, os ideais desta “globalização americanizada” se conformaram e estão contidos num outro movimento elaborado também nas academias americanas e que se tornou o “Consenso de Washington”. É conhecido pelo teor das reformas econômicas planejadas para a América Latina, no encontro do qual participaram funcionários do governo norte-americano, do FMI, do BIRD e do BID. Segundo Gomes (1999, 2):

*[...] com o esfacelamento final da União Soviética e a imposição absoluta da hegemonia norte-americana, o Consenso de Washington não foi nada mais do que a sistematização e a generalização de uma receita já testada e praticada muito precocemente na América Latina, no Chile do general Pinochet, e, em termos mundiais, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha pelos governos Reagan e Thatcher.*²

O Consenso foi organizado pelo *Institute for International Economics*, com o tema “*Latin American Adjustment: how much has happe-*

ned?” e realizado na capital dos EUA em novembro de 1989. O objetivo deste encontro se pautou pela realização de diagnósticos que levassem à definição das estratégias a serem empreendidas para as reformas econômicas, necessárias na “região” latino-americana.

Este “Consenso” significou o ponto de inflexão para a consolidação de um amplo programa de reformas estruturais dos Estados nacionais e das economias nos países latino-americanos, reforçando a hegemonia americana na região. As conclusões do encontro procuraram ratificar a importância das reformas de caráter neoliberal, isto é, como consequência do jogo de mercado e suas forças, que vinham sendo “recomendadas” pelo governo americano – estabelecendo uma cooperação financeira gerida pelos organismos financeiros multilaterais.³

A cultura do neoliberalismo: uma linguagem de escolha pessoal

Se para Petras (1999) o neoliberalismo surge como movimento contra-revolucionário nos avanços sociais do pós-guerra, para Chesnais (1996) a globalização é uma reorganização das estratégias internacionais. Assim, observamos nas concepções de Baron (2001) uma definição apropriada do neoliberalismo no que diz respeito ao seu “caráter político revolucionário” de suas “microtecnologias culturais”. Procuramos observar neste contexto de reorganização, como a expansão do neoliberalismo globalizado produz impactos sobre os aspectos das relações sociais, principalmente culturais e pessoais.

A proposta de Baron (2001) é buscar compreender as “microtecnologias culturais” do neoliberalismo e desenvolver novas idéias, novas armas e instrumentos metodológicos para mapear o poder que exercem sobre a

subjetividade individual. Deseja ele

[...] enfrentar a revolução política que já desorientou nossas identidades, fragmentou nossas comunidades e sindicatos, e privatizou nossas lutas.

Não se pode subestimar, segundo ele, o poder revolucionário que o neoliberalismo vem exercendo sobre nossas mentes e corpos, nem caracterizá-lo simplesmente como uma mentira banal e vulnerável, pois na sua essência utiliza-se do consumo como sua microtecnologia cultural, “um poder íntimo, prazeroso e envolvente”.

A necessidade de enfrentar a inteligência e alcance desse novo poder como ameaça profunda, significa refletir sobre uma definição do conceito de “cultura” reconhecendo-a como “uma arena de luta para nossa subjetividade, e subjetividade como uma força política e objetiva”. Por isso é que a cultura para Baron, “expressa nossa relação com a produção e reprodução da vida – e por isso vem do verbo cultivar”, pois “interpreta e define nossa relação econômica, política e social com o mundo.” Portanto,

[...] é como nós trabalhamos, comemos, pensamos, vestimos, organizamos, sentimos, escolhemos nossos amores, amamos, divertimos, refletimos, lembramos, falamos, rimos, choramos, transamos, nos vemos, educamos nossas crianças e enterramos nossos mortos. É como entendemos nós mesmos no mundo e como vivemos esse entendimento. Estamos o tempo todo herdando, adaptando, selecionando, construindo e passando valores e interpretações – talvez bem contraditórios – através de nossa vida cotidiana. Se não fazemos nossa própria

cultura, podemos ser dominados e apropriados sem perceber. Podemos viver – também trabalhar, amar e sonhar – contra nossos próprios interesses (BARON, 2001, p. 4).

Nesta perspectiva, a cultura não pode ser entendida simplesmente como uma “dispersão pequeno-burguesa no verso da pauta de luta.” A crença de que a cultura deve ser normalmente entendida como a “arte produzida para galerias e teatros por gênios criativos em isolamento” nos desviou e nos inferiorizou por séculos e tenta nos excluir da construção de idéias e interpretações próprias, tenta nos desencorajar da necessidade de construirmos nossa própria cultura e identidade (BARON, 2001, p. 2).

Se acolhermos criticamente o poder revolucionário do neoliberalismo e este conceito de cultura, podemos observar que Marx e Engels (2001, p. 47) já caracterizavam o papel extremamente revolucionário da burguesia liberal moderna. Segundo eles “cada uma das etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um processo político correspondente”. Por isso a burguesia moderna “é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca”. Estes processos políticos e revolucionários sucumbiram com a feudalidade em movimentos a partir do poder político do Estado. Para eles, a burguesia desempenhou seu papel extremamente revolucionário, sendo que o Estado “nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”, pois:

[...] onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não

deixou subsistir de homem para homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível 'pagamento em dinheiro'. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação-religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito. Transformou em seus trabalhadores assalariados o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem da ciência. A burguesia rasgou o véu de comovente sentimentalismo que envolvia as relações familiares e as reduziu a meras relações monetárias (MARX; ENGELS, 2001, p. 47-48).

Assim, vemos que na Europa do século XIX os proprietários dos meios de produção, e os seus intelectuais, que ocupam posições estratégicas no poder político do Estado, aprenderam com o seu passado. Baron (2001, p. 4) nos alerta que o colonialismo brasileiro no passado também entendeu

[...] a importância de uma amnésia coletiva para colonizar a mente (destruindo a língua indígena para apagar a história e a memória coletiva, mutilando o autoconhecimento, a

autoconfiança e a auto-estima do povo para incapacitar a imaginação política).

Entretanto, “não conseguiu pacificar os colonizados.” Este aprendizado se manifesta através da ideologia neoliberal e das suas microtecnologias culturais. Segundo Baron a mais explícita, pelo que se percebe está ligada ao “consumismo”.

O neoliberalismo, afirma ele, escraviza nossa criatividade e sensibilidade pessoal, pois têm a consciência de que temos a necessidade humana de criar nossa própria cultura e identidade. Possuem a capacidade de se apropriar e esvaziar nossas histórias coletivas transformando-as em logomarcas, para nos localizar e nos direcionar em seu mundo “modernizante”. Sabem eles neoliberais que temos uma memória para nos orientarmos. Através de suas mídias vocalizam e canalizam nossos desejos através de suas ofertas de conforto e de promessas sexuais, pois sentem que temos a necessidade humana de ter prazer. Por isso a cultura do neoliberalismo nos chama intimamente, a todo instante, “numa linguagem de escolha pessoal”, pois

[...] sua exploração prazerosa é nova e nos torna cúmplices involuntários. Suas parabólicas – as caravelas do século XXI – estão fora de cada uma de nossas casas. Seus shoppings – as catedrais do século XXI – estão definindo um paraíso palpável e aparentemente acessível para todos. Com certeza, sabemos que sua bandeira de liberdade individual é uma mentira que esconde o inferno do consumismo (BARON, 2001, p. 4-5).

Podemos protestar contra o neoliberalismo, vocifera Baron, “mas suas mídias estão isolando, desumanizando e definindo qualquer oposição como irracional, antiquada e

antidemocrática” Ainda assim, “podemos gritar contra a privatização, globalização e a banalização da vida.” Entretanto é “através da linguagem de liberdade” que as suas mídias seduzem “nossas crianças, jovens e adultos para privatizar a luta pela justiça e pela terra.” Desta forma, a luta política contra o neoliberalismo necessita ser também uma luta cultural, pois eles estão

[...] cultivando uma mentalidade individualista, narcisista e dependente no espaço pessoal vazio dentro de nossa cultura política de cooperativismo e coletivismo.

Também exploram as “fraquezas centrais do socialismo”, ou seja,

[...] a falta de entendimento sobre a importância da subjetividade, e a falta de uma cultura humana de intimidade, afirmação, empatia, curiosidade, questionamento, diálogo, autodeterminação e comunidade (BARON, 2001, p. 5).

Baron propõe, então, utilizarmos estratégias e armas que apontem para novas táticas culturais para o enfrentamento das estratégias sofisticadas de consumismo do neoliberalismo. Necessitamos desenvolver

[...] novos métodos culturais apropriados para responder às expectativas frustradas levantadas por ele – que estão provocando uma tensão (auto)destrutiva e uma fome cultural por uma vida participativa e significativa (BARON, 2001, p. 5).

Assim, para Baron (2001, p.2) a transformação pela luta cultural é fundamental, pois

[...] o governo brasileiro precisa desumanizá-la, e os governos neoliberais da Euro-

pa e do EUA precisam invisibilizá-la absolutamente, porque pode oferecer esperança em uma época sem visão, solidariedade em uma época de **tolerância zero**, e motivação em uma época de fatalismo e autodestruição. Quando existem tantos milhões de desempregados isolados, tantos milhões de prisioneiros criminalizados, tantos milhões de jovens se suicidando e tantos milhões de consumidores se silenciando com medo de perder seu trabalho, se encarcerando em casas e carros chaveados com medo de suas próprias ruas, o neoliberalismo precisa silenciar essa alternativa digna e possível.

Em suma, esta luta cultural é imprescindível, pois permite conquistarmos nossa liberdade, nossa dignidade pessoal. Precisamos transformar os valores de troca em valores de uso para atender nossas necessidades humanas objetivas imediatas; transformar o assalariado em produtor independente, autonomizado; o mercado capitalista em mercado de trocas de produtos necessidades e capacidades, sem exploração do homem pelo homem. Desta forma significa transformar o conjunto das relações sociais de produção capitalista, pois o que se observa em Marx e Engels (2001, p. 48) é que a

[...] *burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto das relações sociais.*

A história contemporânea nesse momento se manifesta pelos movimentos de reestruturação neoliberal do Estado e da Economia, estruturante de

um outro modelo social capitalista sob a égide de uma pretensão Estado Mínimo. O Estado é mínimo, desregulado e desregulamentado, assume com intensidade o mercado e suas forças, a forma mercadoria. Assim a proposta aqui permitida foi a de lançar um conjunto de reflexões sobre as profundas transformações que estão acontecendo no Estado e a mudança do caráter de seu papel para a própria Sociedade. Estas mudanças inserem-se como estratégias dos organismos financeiros multilaterais em busca da consolidação da dominação e da hegemonia política e econômica norte-americana. Trata-se, portanto, de uma questão política fundamental, principalmente, quando os movimentos da conjuntura implicam determinações que condicionam os movimentos da estrutura, na longa duração dos acontecimentos, e impulsiona a roda da história com maior velocidade.

Recebido em 03.02.2004. Aprovado em 29.03.2004.

Referências

ALVIM, V. As estratégias da política neoliberal. In: FERREIRA, A. e ALVIM, V. (Orgs.). *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001, p. 125-158.

ALVIM, V. *Poder político e políticas públicas: inventário do poder político em Santa Catarina – uma história de dominação de classe*. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Administração da UFSC (área de concentração em Políticas e Planejamento Governamental). Florianópolis: CPGA-UFSC, 1996.

ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. In. *Crítica marxista: a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986.

ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro:

Contraponto/UFRJ, 2001. Tradução de Vera Ribeiro.

BARON, D. *Em busca de uma metodologia de libertação*. Florianópolis: ago., 2001. Mimeografado.

CHESNAIS, F. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DREIFUSS, R. A. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. São Paulo: CEDEC, n. 24, set., p. 85-116, 1991.

_____. *O futuro do Welfare State na nova ordem mundial*. _____. São Paulo: CEDEC, n. 35, p. 73-109, 1995.

FERREIRA, A. C. As agências multilaterais e a política econômica do governo FHC. In. _____. ALVIM, V. (Orgs.). *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular. 2001, p. 29-48.

GOMES, Luiz M. Quem é quem no “grande esquema” do governo FHC. *Revista Reportagem/ Caros Amigos*. São Paulo: Editora Casa Amarela, dez., 1999.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

LICHTENSZTEJN, S.; BAER, M. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial: estratégias e políticas do poder financeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Tradução de Nathan Giraldi,

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo:

Martin Claret, 2001. Texto integral, tradução de Pietro Nasseti.

MINEIRO, A. S. Estabilização, desenvolvimento e gestão macroeconômica: opiniões sobre as visões contidas nos documentos do Banco Mundial e do BID. In: VIANA JR. A. (Org.). *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília-DF: Rede Brasil, 1998. (Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais), p. 17-25.

OFFE, C.; RONGE, V. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 122-137.

PETRAS, J. *Construção do Império na América Latina: a estratégia militar dos Estados Unidos*. 2001. Mimeografado.

_____. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

RAMPINELLI, W. J. A globalização e as privatizações. In: FERREIRA, A. e ALVIM, V. (Orgs.). *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular. 2001, p. 13-27.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 5. ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVER, B. J.; SLATER, E. As origens sociais das hegemonias mundiais. In: ARRIGHI, G. SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ. 2001, p. 161-225. Tradução de Vera Ribeiro.

VIANNA JR. A. O Grupo Banco Mundial (BIRD e CFI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil: a importância do debate sobre documentos de estratégia de assistência ao país. In: _____. (Org.). *A estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília-DF: Rede Brasil. 1998.

(Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais), p. 79-85.

Notas

- 1 ONU, OTAN, G-7, FMI, BIRD, OMC.
- 2 Este texto é parte integrante da primeira edição da revista *Reportagem-Brazil Inc.*, com matérias sobre o esquema do governo FHC, lançada no mês de dezembro de 1998, em associação com a revista *Caros Amigos* [s/d].
- 3 As reformas passariam por dez áreas estratégicas: 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberação comercial; 7. Investimentos diretos estrangeiros; 8. Privatizações; 9. Desregulação; e 10 Propriedade intelectual. Estas dez áreas deveriam se consubstanciar por dois objetivos básicos: redução drástica do Estado com a abolição do conceito de nação, e o máximo possível de abertura dos mercados à importação de bens e serviços e à entrada de capitais financeiros de risco. In: *Informacut*. n. 247, 1994, p. 14-16.
- 4 Na nota de Engels à edição inglesa do Manifesto de 1888 entende-se por burguesia “a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado” (*Ibid.* p. 45).

Valdir Alvim

alvim@cfh.ufsc.br

Departamento de Ciências Econômicas

Centro Sócio-Econômico - UFSC

Campus Universitário – Trindade

Florianópolis/SC